



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

CRYSNA KELLY CASTRO DA SILVA

**ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)-
JUNTO À ESCOLA ANTÔNIO JULIÃO NETO, EM BARREIRA (CE)**

ACARAPE - CE

2024

CRYSNA KELLY CASTRO DA SILVA

**ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) JUNTO
A ESCOLA ANTÔNIO JULIÃO NETO, EM BARREIRA (CE)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para o título de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Geranilde Costa e Silva.

ACARAPE - CE

2024

CRYSNA KELLY CASTRO DA SILVA

**ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)-JUNTO
A ESCOLA ANTÔNIO JULIÃO NETO, EM BARREIRA (CE)**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade projeto, apresentado ao curso bacharelado Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, campus Palmares/Ce, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharelado em Humanidades.

Data aprovação: 01/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Ivan Costa Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Esp. Aline Pereira Lima

Secretaria Municipal de Educação de Redenção (CE)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por todo esse tempo em que me deram força para jamais desistir.

Quero deixar meus agradecimento a minha mãe, vó, minhas irmãs, Maria e Crystielen, meu esposo Cesar Filho e meu filho Samuel que são meu combustível, acreditaram em mim e me deram força, mostrando que eu seria capaz.

Agradeço aos meus amigos Adalberto e Milena por sempre estarem do meu lado no decorrer da vida acadêmica e me motivarem e apoiarem sempre.

Serei sempre grata à minha querida orientadora, a Prof^a Dra. Geranilde Costa, por toda paciência pela contribuição para que eu conseguisse concluir meu projeto.

O meu muito obrigado a todos vocês, por me mostrar que nenhuma luta é fácil, mas com constância tudo é possível. Se eu consegui, é graças a vocês.

Pai e avô, eu dedico todo meu esforço e trabalho a vocês, queria muito que estivessem comigo, vendo todas as minhas conquistas, em especial, a de se formar, mas onde estiverem, fiquem felizes por mim. Essa conquista é nossa.

RESUMO

Esse projeto de pesquisa tem como propósito discutir sobre atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto à escola Antônio Julião Neto em Barreira (CE), trazendo relevância também na Educação Especial Inclusiva. Tem como objetivo geral compreender como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua importância e seu papel junto a escola Antônio Julião Neto, em Barreira (CE), e os específicos Identificar como se dá a aplicação de recursos pedagógicos de acessibilidade junto às pessoas com Deficiência PcD; E verificar como se dá relação do AEE com os responsáveis pelas crianças assistidas, partindo da perspectiva de que a escola de ensino regular deve ser um ambiente acolhedor e inclusivo para pessoas com Deficiência (PcD) e por último Compreender a formação necessária do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Quanto à metodologia tratar-se de pesquisa qualitativa e com referência de importantes autores da educação especial inclusiva, visando o entendimento e melhor compreensão para o tema abordado na atuação do AEE junto à escola Antônio Julião Neto Barreira (CE). Foi realizada uma revisão bibliográfica com autores da educação especial inclusiva para melhor entendimento. Pretende-se realizar um estudo de caso junto à escola Antônio Julião Neto, com aplicação de entrevista etnográfica a qual busca melhor aprofundamento no assunto, junto ao professor da sala do AEE e do ensino regular.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Educação Inclusiva; Ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

This research project aims to introduce the performance of Specialized Educational Assistance (AEE) at the Antônio Julião Neto school in Barreira (CE), also bringing relevance to Inclusive Special Education. Its general objective is to understand how the Specialized Educational Service (AEE) works, its importance and role at the Antônio Julião Neto school, in Barreira (CE), and the specific aspects of the application of pedagogical accessibility resources together to people with PwD Disabilities; And check how the AEE relates to those responsible for the children assisted, based on the perspective that the regular school should be a welcoming and inclusive environment for people with disabilities (PwD). As for the methodology, it is qualitative research with references from important authors of inclusive special education, aiming at understanding and better understanding the topic addressed in the AEE's work at the Antônio Julião NEto Barreira school (CE). A bibliographic review was carried out with authors on inclusive special education for better understanding. The aim is to carry out a case study at the Antônio Julião Neto school, using an ethnographic interview which seeks to deepen the subject, together with the teacher in the AEE classroom and regular education.

Keywords: Specialized Educational Assistance (SEA); Inclusive Education; Teaching and learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 JUSTIFICATIVA.....	10
3 OBJETIVOS.....	12
3.1 OBJETIVO GERAL.....	12
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
4 METODOLOGIA.....	13
5 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CEARÁ.....	15
5.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BARREIRA (CEARÁ).....	18
6 CRONOGRAMA.....	21
7 REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), compreende-se o dever do Estado em garantir, gratuitamente, a educação básica em consonância com uma educação inclusiva, que garanta o ensino para todos, independentemente das limitações pessoais de cada aluno, reconhecendo que todos são diferentes e precisam aprender. Após grandes lutas e conquistas realizadas pelas famílias das pessoas com deficiência (PcD), a Educação Inclusiva garante esse direito a todos com ou sem deficiência, para que haja a inclusão tanto no ambiente escolar como no meio social.

A Educação Inclusiva foi um movimento que veio ganhar força na segunda metade do século XX, onde a integração de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, ao invés de continuar segregando, foi defendida. Entre a década de 1960 e 1970, houve o questionamento por parte dos movimentos pelos direitos civis e os avanços nas ciências sociais sobre a continuação da segregação de alunos com necessidades especiais em escolas separadas.

A Declaração de Salamanca, em 1994, foi um marco internacional para o movimento voltado à educação especial inclusiva, promovida pela UNESCO. Movimento que defende o direito das crianças, incluindo as com deficiência, a receberem educação no ensino regular, com apoios necessários a cada dificuldade, contribuindo para um fortalecimento das políticas de inclusão.

Segundo a Constituição Cidadã de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família; ela será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, o Ministério da Educação, junto com a Secretaria de Educação Especial, instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pelo decreto nº 6.571, de 18 de julho de 2008, após um longo percurso até chegar às diretrizes.

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado garante a realização do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, objetivando dar o suporte necessário para os alunos da educação especial inclusiva, com o auxílio de profissionais especializados que criam atividades específicas para atender as necessidades educacionais. Essas atividades ocorrem em contraturno da escolarização e são planejadas em conjunto com o ensino comum no sentido de fornecer o apoio necessário para que haja a inclusão escolar.

Sabemos que, no Brasil, a educação inclusiva ganhou referência com a Constituição de 1988, que trouxe a garantia para todas as pessoas com deficiência de serem incluídas na sociedade, tendo não somente direito à escola, mas também direito à permanência em ambiente escolar. Dessa forma, vê-se que o aparato legislativo dá esse direito à educação e à permanência escolar e o assegura a todos. E, para que tudo que está em lei venha acontecer, é necessário que os órgãos responsáveis sejam apoiadores e defensores dessa causa, visto que o AEE foi criado em virtude de ser um apoio maior da escola para com as pessoas com deficiência, garantindo que essas crianças tenham a inclusão.

Nesse sentido, para que a escola seja acolhedora e inclusiva, deve haver um trabalho conjunto entre o professor do AEE e o professor do ensino regular, possibilitando uma maior conexão de informações sobre determinado aluno. Com essa estratégia e com uma visão de que somos diferentes com nossas diferenças, há a possibilidade de sermos pessoas inclusivas a favor de espaços também mais inclusivos.

A partir desse pensamento de escola regular como ambiente de inclusão para Pessoas com Deficiência (PcD), esse projeto de pesquisa tem por objetivo geral compreender como é realizado o funcionamento do AEE na escola Antônio Julião Neto, em Barreira (CE). Partindo da perspectiva de que a escola regular deve ser um ambiente inclusivo para Pessoas com Deficiência (PcD) e acolhedora a cada diferença. Segue abaixo a justificativa da escolha do tema deste projeto de pesquisa.

2 JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa se justifica pela relevância e importância em se falar da Educação Especial Inclusiva como foco na atuação do AEE. Meu interesse em abordar essa temática surgiu a partir da convivência que tive com meu primo que foi diagnosticado com TEA (Transtorno do espectro autista). Primeiro, eu realizei uma pesquisa do que seria o TEA, quais seriam os apoios a qual a criança teria direito, principalmente, no ambiente escolar.

Considerando que a Educação Especial Inclusiva é fundamental e assegura o direito à uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas limitações, a inclusão escolar é uma questão de equidade social e de promoção de direitos humanos. Essa questão se destaca enquanto uma diretriz das políticas educacionais brasileiras, como visto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Inclusiva (LDB) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nesse sentido, a inclusão escolar é, sem dúvida, uma questão de equidade social e de promoção dos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 já estabelece o direito de todos à educação, sem qualquer tipo de discriminação. Com base nessa diretriz, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e outras políticas educacionais brasileiras asseguram a inclusão como um princípio fundamental, visando garantir igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Embora exista lei que garanta essa educação inclusiva voltada a PcD, ainda continua o desafio na efetivação dessas práticas nas escolas de ensino regular. Observando o desenvolvimento de projetos e leis voltados para a Educação Especial Inclusiva, um dos destaques que venho abordar neste projeto é o Atendimento Educacional Específico (AEE), que desempenha um papel crucial nesse processo chamado inclusão, oferecendo apoio pedagógico e recurso de acessibilidade que permitem a plena participação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais no currículo comum de ensino.

Nesse sentido, ainda há lacunas que desafiam a passagem da teoria à prática, que necessitam ser exploradas, para que haja a garantia da inclusão escolar efetiva a esses estudantes, no sentido de não serem tratados como deficientes, mas, sim, como pessoas que são capazes de aprender e que têm esse direito ao aprendizado garantido em sua totalidade. Como fonte de escrita, é relevante e importante abordar a educação especial inclusiva fazendo a ligação com o funcionamento do AEE para identificar os principais desafios enfrentados pelo profissional do AEE e a sua atuação dentro da escola.

Espera-se também que essa pesquisa venha gerar discussões e curiosidade no que se refere a educação especial inclusiva, que tem por objetivo: compreender como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua importância e seu papel junto a escola Antônio Julião Neto, em Barreira (CE).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como se dá a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua importância e seu papel junto à escola Antônio Julião Neto, em Barreira (CE).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar como se dá a aplicação de recursos pedagógicos de acessibilidade junto aos estudantes PcD.
- b) Verificar como se dá relação do AEE com os responsáveis pelas crianças assistidas.
- c) Compreender a formação necessária do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e com referência de importantes autores da educação especial inclusiva, visando o entendimento e melhor compreensão para o tema abordado na atuação do AEE junto à escola Antônio Julião Barreira (CE). Como destaca Godoy (1995), uma pesquisa nesse método qualitativo deve ser conduzida por diferentes caminhos:

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995, p. 21).

Essa forma de pesquisa faz com que o pesquisador se sinta com maior e intensa familiaridade com o tema proposto. Nesse sentido, o presente trabalho vem desenvolver em forma de estudo de caso sendo um método de pesquisa a qual analisa situações específicas, aprofundando assim nosso conhecimento junto ao objetivo do trabalho, com foco na escola Antônio Julião Neto que possui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), permitindo a observação de como as práticas inclusivas se desenvolvem na realidade escolar, como a relação entre escola e família contribui no desenvolvimento da criança com deficiência e como foco da pesquisa, com o tema já relatado, oferece subsídios para a compreensão da atuação do AEE junto a essa escolar.

Inicialmente, será aplicada junto ao professor do AEE uma entrevista para compreender com máximo de profundidade possível como o atendimento está sendo desenvolvido, incluindo o progresso dos alunos e os recursos utilizados. A entrevista permitirá a coleta de informações sobre as práticas pedagógicas, os desafios enfrentados na inclusão escolar e a articulação entre o AEE e a sala de ensino regular, juntamente com a formação docente voltada à inclusão.

Será realizada a observação na sala do AEE e na sala de aula regular. Essa etapa tem o objetivo de verificar como se dá o processo de inclusão na prática, observando a interação entre os alunos e professor, como são realizadas as atividades, os recursos pedagógicos utilizados e a comunicação entre a escola e a família da criança a qual é assistida pelo AEE.

Os dados obtidos nas entrevistas serão analisados por meio da análise de conteúdo, que consiste em identificar como acontece e quais possíveis melhorias para esse ensino da sala de atendimento. As observações serão registradas em diário de campo, sendo posteriormente interpretadas à luz das teorias da educação inclusiva e dos documentos legais sobre o AEE.

Dessa forma, pretende-se, com a realização desse projeto de pesquisa, o desenvolvimento de uma contribuição para a escola e para todos aqueles que realizaram a leitura do trabalho a ser desenvolvido. É de suma importância abrir discussões sobre a educação especial inclusiva e implementar tanto na escola como na sociedade a essencial importância em respeitar e incluir as diferenças.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CEARÁ

A educação especial inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as pessoas, independentemente de sua condição, devem ter acesso a uma educação de qualidade. A Declaração de Salamanca (1994) é um marco nesse campo, afirmando que "as escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos" (UNESCO, 1994, p. 8).

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, garante-se o direito à educação para todos, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, assegurando que as Pessoas com Deficiências (PcD) tenham acesso ao atendimento especializado, tanto alunos com deficiência ou que tenha alguns transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com direito a uma educação na rede regular de ensino. E, para que fosse reafirmado esse compromisso entre as políticas Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, no ano de 2008, a referida diretriz orienta que seja implantada as práticas pedagógicas inclusivas em todo território nacional.

Com o olhar voltado para a educação especial inclusiva no Estado do Ceará, é importante ressaltar que, para que essa educação fosse implementada, ocorreram diversas situações, surgindo assim ações de forma isolada e assistencial. Sob a coordenação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE), o Ceará iniciou um processo de transformação da educação, implementando diversas políticas públicas que visavam garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conforme reforça Oliveira (2008 *apud* Rafante *et al.*, 2008):

As primeiras experiências no atendimento às pessoas com deficiência no Ceará foram ações isoladas e de caráter assistencialista. Na década de 1930, no cenário do processo de desenvolvimento industrial e urbano, a sociedade civil passou a se organizar para o atendimento às pessoas com deficiência (Oliveira, 2008, *apud* Rafante *et al.*, 2008, p. 7).

Diante disso, houve também a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma organização brasileira, fundada em 1954, que tem como foco promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, visando à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Com atuação em relação à educação, muitas APAEs atuam com escolas e centros de atendimento que prestam apoio especializado, muitas vezes em conjunto com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), colaborando na inclusão dos estudantes em escolas regulares. Com isso, foram criadas turmas nas escolas estaduais, o que foi um marco na história da educação inclusiva no estado do Ceará, pois seria uma ação que visava inserir alunos com deficiência no ensino regular. Nessa percepção, conclui-se que:

O surgimento das APAEs se deu pelo movimento dos pais e amigos das pessoas com deficiência que buscavam uma alternativa para a inclusão de atendimentos e uma melhora na qualidade de vida dos seus filhos com deficiência intelectual e múltipla na sociedade (APAE Brasil, 2018, *apud* Fiorentin, 2019, p. 11).

Apesar de todas as lutas e conquistas enfrentadas no decorrer do tempo pelas famílias de pessoas com deficiência para incluir na sociedade seus filhos enquanto pessoas que tem o direito de frequentar uma escola e conviver com outras crianças, ainda havia resistência por parte de algumas famílias ao saber que seus filhos ditos “normais” conviveriam com crianças portadoras de alguma deficiência, por acharem que seriam pessoas “anormais”. Nessa perspectiva, a criação do APAE vem com o objetivo de abrir uma alternativa para a inclusão de atendimentos e melhor qualidade de vida.

A implementação da Educação Especial Inclusiva ainda enfrenta obstáculos, como a falta de recursos, a formação inadequada dos profissionais da educação especial inclusiva e a resistência de parte da comunidade escolar. É necessário superar esses desafios para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver. Com intuito de melhorar a inclusão no ambiente escolar e contribuir para o desenvolvimento de alunos com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem como um instrumento para garantir a inclusão educacional e desenvolver um trabalho voltado para alunos portadores de alguma deficiência. Sobre essa questão, Mantoan (2003) relata que:

O atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral (Mantoan, 2003, p. 27).

Esse atendimento é um complemento para que esses alunos sejam vistos com autonomia e que sua independência seja alcançada independentemente de sua dificuldade.

Analisamos que a Educação Especial Inclusiva requer um olhar individualizado para cada aluno, o que exige a colaboração de diversos profissionais. Além da metodologia, é fundamental

que os professores do AEE e do ensino regular, os gestores escolares e os cuidadores trabalhem em conjunto para garantir o desenvolvimento integral de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e potencialidades. Apesar dos avanços, a implementação plena da Educação Inclusiva no Ceará ainda enfrenta desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de maior capacitação docente, adaptação física das escolas e a integração dos recursos tecnológicos para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência. Além disso, para que a educação especial inclusiva seja efetivada é preciso um trabalho conjunto entre escola, família e comunidade. Assim,

O AEE é um direito legal dos alunos com necessidades especiais, contudo, por vezes esse direito é negligenciado devido a carência formativa dos professores em geral e até mesmo do próprio professor especialista; além da desarticulação do trabalho deste com o dos professores regentes de turmas e demais profissionais das instituições de ensino, que ainda é um elemento limitador para as práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas (Nordony; Vieira; Carvalho, 2020, p. 287).

Portanto, conforme observamos no Documento Curricular Referencial do Ceará (2019), os programas de capacitação promovidos pela SEDUC (CE) têm se concentrado no desenvolvimento de habilidades pedagógicas inclusivas, como o uso de metodologias diferenciadas, recursos tecnológicos e adaptações curriculares.

Nessa visão, busca-se dizer que tais programas visam a preparação dos educadores para responder de maneira eficaz às necessidades desses alunos, a garantir um ambiente escolar que seja inclusivo e acolhedor. Ainda assim, é visto um déficit da forma como é inserido a metodologia ou plano de aula no AEE.

Entendendo um pouco mais quando se fala dos desafios existentes ainda no ensino, podemos destacar a infraestrutura no ambiente escolar, em especial nas áreas rurais a qual acessibilidade e disponibilidade de materiais didáticos são limitadas fazendo com que surjam dificuldades para o ensino e a formação do aluno. Além disso, há a necessidade constante de sensibilizar e capacitar os profissionais para lidar com a diversidade em sala de aula. Dito isso,

A educação especial no Ceará ainda enfrenta desafios significativos relacionados à formação de professores, à falta de recursos pedagógicos e à infraestrutura inadequada, especialmente nas áreas rurais. A insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais e a escassa articulação entre os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os docentes das turmas regulares são barreiras para a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas (Silva; Lima, 2022, p. 45).

E para que haja consolidação da educação especial inclusiva, o Ceará necessita continuar a fortalecer as políticas públicas, sendo este um processo de evolução, marcado por avanços importantes, mas também por desafios significativos. Portanto, para a consolidação da

educação especial inclusiva no Ceará, é imprescindível que o estado continue fortalecendo as políticas públicas em várias frentes, desde a formação docente até a infraestrutura escolar e a articulação entre profissionais. O sucesso da inclusão depende de uma abordagem integrada e contínua que envolva todos os atores do processo educacional.

5.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BARREIRA (CEARÁ)

A política da educação especial inclusiva desenvolveu-se em passos lentos no município de Barreira (CE). Com o tempo, o município foi se adaptando para que essas crianças com deficiência pudessem ser incluídas no ensino regular, mesmo não havendo assistência necessária. Mas, com a grande demanda que o município vinha tendo, seria necessário o total apoio por parte da Secretaria de Educação para que essas crianças não viessem sofrer mais danos por falta de frequentar o ambiente escolar e ter convívio com outras crianças. Embora ainda existissem dificuldades, principalmente por parte do professor, ao não saber e nem ter preparação para receber essas crianças, e pela infraestrutura escolar que não era adaptada para as referidas necessidades. .

É visível que para que essa educação inclusiva viesse a ter atenção partiu-se de inúmeros casos de pessoas laudadas no município, para que assim as escolas viessem junto com a Secretaria de Educação terem um olhar para a inclusão dessas pessoas com Deficiência (PcD) dentro do ambiente escolar. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi de suma importância para a contribuição do professor do ensino regular, além do surgimento do profissional cuidador dentro da sala de aula para ser um apoio a mas ao professor do ensino regular. No município em questão, não houve a necessidade da criação de projeto ou Lei para ocupação do cargo de cuidador, apenas foi cumprido a Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. O que acontece é que para esses cuidadores a única exigência era que tivessem ensino médio completo para exercer o cargo, o que ao nosso ver ainda não é suficiente, pois os mesmos irão lhe dar com crianças com algumas especificidades e que requerem muita atenção e cuidado. Essa perspectiva é reforçada por Silva e Oliveira (2020) quando dizem:

Não há exigências, nem especificidades sobre a formação do cuidador escolar, já que na maior parte dos casos esse profissional de apoio tem a formação mínima e não é exigida uma formação pedagógica específica para a sua atuação. Porém, compreender o que é a educação inclusiva é um ponto de partida para efetivar as ações que interfiram nas práticas escolares e gerem o ato de inclusão de todos, sem exceção, no sistema de ensino (Silva; Oliveira, 2020, p. 9).

Com isso, pode-se ver a importância da formação tanto do professor do AEE, do professor ensino regular, do próprio cuidador e dos profissionais que terão contato direto com aquela criança que tem alguma deficiência.

É visto que mesmo que para que essa Educação Especial Inclusiva venha acontecer de fato, há muito o que lutar e defender, quando falamos dessa educação no município de Barreira (CE). Analisamos que em um município com pouco mais de 22.391 habitantes de acordo com atualização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (G1, 2022), há uma quantidade significativa de pessoas com Deficiência (PcD), 638 (seiscentos e vinte e oito), incluindo crianças, fazendo com que as escolas tenham que acolher mesmo com dificuldades e medos por parte do professor, que não ter a formação específica, e por parte da própria escola, que não contém a inclusão que necessária para receber esses alunos.

É de grande importância que o ambiente seja acolhedor e agradável a todos os alunos, mas em específico as crianças com deficiência para que elas se sintam à vontade e que aquele ambiente seja adaptado para aceitar as dificuldades e buscar uma solução para contribuir com sua aprendizagem. Quanto às famílias, ainda existe receio, em saber se seus filhos estão sendo tratados bem, se estão sendo incluídos, se há profissionais especializados para eles. Sendo que há pouco tempo a sociedade excluía essas crianças do meio social e as mesmas nem direito a educação tinham, pois eram dadas como pessoas “anormais”, anulando-se a sua participação no meio social.

Desse modo, o direito à educação e à inclusão vem sendo um tema bastante importante de ser abordado em todos os contextos, seja no meio social, escolar ou familiar. Todo esse contexto histórico da educação especial inclusiva traz consigo marcos importantes para evolução e implementação da educação. Houve uma época, e ainda é visto nos dias atuais, em que os alunos teriam que conviver em um ambiente escolar segregado (não sendo o caso em Barreira, Ceará), pois eles eram vistos com olhar médico, tendo de conviver longe do meio social. Ainda nesse período vieram as primeiras escolas especiais que visavam garantir às pessoas com deficiência a educação formal de ensino, de modo que:

A fase da integração foi um salto importante para a chegada do paradigma atual. Nesta época os estudantes chegam às escolas regulares, porém, garantindo apenas o direito de se matricular. Esses sujeitos estudam em turmas separadas dos demais estudantes. A visão da sociedade neste período, para pessoas com deficiência, era a visão da normalização, ou seja, esse público teria que se moldar para se enquadrar/se encaixar no meio social e educacional (Silva; Oliveira, 2020, p. 4).

Reforça-se ainda que embora o número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas brasileiras tenha aumentado, a mera inclusão em sala de aula não garante a efetiva

integração desses estudantes. A falta de recursos adequados, profissionais especializados e um ambiente escolar acolhedor compromete a qualidade do ensino e impede que esses alunos desenvolvam todo o seu potencial.

Nesse sentido, observa-se que muitas famílias e escolas ainda demonstram receio em relação à matrícula e ao acolhimento de crianças com deficiência, pois ainda é visível o pouco acesso a recursos e até mesmo a formação para especializar e contribuir com a aprendizagem do aluno. Em uma busca e luta constante as escolas do município de Barreira (CE) vem desempenhando um papel importante para essas crianças, mas não apagando as falhas, os poucos recursos e visibilidades, pois sabemos que se estivessem total apoio sem dúvida alguma seria um cenário diferente.

Para contribuir com ensino e a inclusão de Pessoa com deficiência (PcD) a Secretaria de Educação do Município de Barreira (CE), juntamente com coordenadores, criou o Manual do Plano de Atendimento da Educação Especial (PAEE) no ano de 2024, que é um documento que vem direcionar o professor do AEE e do ensino regular a necessidade de elaborar o plano de aula, de acordo com as deficiências da PcD, um guia de orientação às equipes gestoras e professores da educação Especial a respeito das Ações junto aos professores e alunos elegíveis da Educação Especial inclusiva, esse manual encontra-se disponível em todas as escolas que contempla o AEE.

A escola deve ser um ambiente onde todos os alunos, com ou sem deficiência, aprendam juntos, com as devidas adaptações e suportes pedagógicos. Isso reflete uma mudança de paradigma, a educação deixa de ser segregada, com alunos de Educação Especial sendo ensinados em ambientes separados, para ser inclusiva e integrada, onde o foco está na diversidade e na equidade de oportunidades para todos.

Com o passar do tempo a cidade de Barreira (CE) vem buscando, mesmo com déficit, falhas e poucos recursos pedagógicos, fazer com que as escolas recebam essas crianças com deficiência, mas não só sendo somente mais um aluno matriculado, mas, sim, mantendo e buscando estratégias e atividades que incluam os mesmos. Espera-se que, com esse trabalho, possamos contribuir para que as dificuldades encontradas não sejam maiores que a vontade de lutar pelos direitos e inclusão no ambiente escolar. Que a escola venha a ser um ambiente inclusivo e acolhedor a todas as diversidades, que seja um trabalho em conjunto entre escola, família e sociedade, para, sim, desenvolver uma maneira ou uma estratégia de construção da inclusão e do respeito com todas as pessoas com deficiência. Logo abaixo é apresentado o cronograma de execução da pesquisa.

6 CRONOGRAMA

MÊS	AÇÃO
FEVEREIRO/2025	Visita a escola para apresentar a proposta da pesquisa.
MARÇO/2025	Entrevista com professor do AEE, para melhor conhecer como se dá a atuação do AEE, junto à escola.
ABRIL/2025	Observação em sala de aula do ensino regular em salas com alunos PcD.
ABRIL/2025	Realizar relatório sobre a observação realizada.
MAIO/2025	Apresentar aos professores o relatório das observações.
MAIO/2025	Criar planos de aula junto ao professor de acordo com as observações relatadas.
AGOSTO/2025	Execução dos planos de aula realizados
AGOSTO/2025	Escrita das observações, após o resultado da implementação do plano junto à sala de aula
OUTUBRO/2025	Ajustes e formatação do trabalho realizado junto à escola.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Fortaleza, CE: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 17 mai. de 2024.

FIorentin, Daniela Tavares. **A importância da APAE no atendimento dos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla do município de São Miguel do Oeste**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

G1, Ceará. **População de Barreira (CE) é de 22.391 pessoas, aponta o Censo do IBGE**. 202. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/28/populacao-de-barreira-ce-e-de-22-391-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 mai. de 2024.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª. ed.

São Paulo: Moderna, 2003.

NORDONY, Daniela Gonçalves Mendonça; VIEIRA, Luciana Ribeiro Alves; CARVALHO, Franciele Virgínia da Silva. Atendimento Educacional Especializado (AEE): educação inclusiva para e pela diversidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 3, p. 286–310, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38388>. Acesso em: 20 jun. 2024.

RAFANTE, Heulalia Charalo; SELINGARDI, Sergio Cristóvão; SILVA, Sonia de Oliveira da; SILVA, Lenaye Valvassori. Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e218350, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/HmS58qB4qSGXLzsSRJzx43B/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Kérvia Dawlay Lima da; OLIVEIRA, Kalina de França. A capacitação dos cuidadores escolares e sua implicação na construção de uma Educação Inclusiva. *In*: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2020, Maceió, AL. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió: Realize, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID5333_24082020045832.pdf. Acesso em: 17 de set. 2024.

SILVA, Maria das Graças; LIMA, José Antonio. Desafios da educação inclusiva no Ceará: uma análise crítica das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 2, p. 45-59, 2022. Disponível em: <https://www.revbraseducespecial.org>. Acesso em: 17 set. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção** – Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 10 ago. de 2024.